

# **IMPACTOS E BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO EFD SOCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE**

**Natalia Sofia Reichert**

Unijui-Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS

[Natalia.reichert@hotmail.com](mailto:Natalia.reichert@hotmail.com)

**Roselaine Filipin**

Unijui-Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS

[Roselaine.filipn@unijui.edu.br](mailto:Roselaine.filipn@unijui.edu.br)

**Maria Margarete Baccin Brizolla**

Unijui-Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS

[Marga.brizolla@unijui.edu.br](mailto:Marga.brizolla@unijui.edu.br)

**Euselia Pavaglio Vieira**

Unijui-Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS

[euselia@unijui.edu.br](mailto:euselia@unijui.edu.br)

## **RESUMO**

O e-Social é um projeto de grande complexidade, que exigirá mais dos empregados, empresas e contadores, do que apenas uma revisão de processos, é uma mudança cultural, pois a maioria dos procedimentos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária. O estudo objetivou identificar os desafios e benefícios relacionados à implantação do EFD Social nas empresas para os profissionais de escritórios de contabilidade em um município da região Celeiro do Estado do RS, por meio de pesquisa aplicada, descritiva, quantitativa, utilizando-se de questionário aberto com 11 questões direcionadas aos 14 escritórios da cidade. Os resultados demonstraram como principal desafio para a implementação do e-Social é a mudança cultural da empresa, qualificação de pessoal, sistema informatizado apropriado. Os maiores benefícios serão para os empregados, e profissionais, este sistema irá possibilitar um avanço enorme nas relações de trabalho e nos processos e procedimentos existentes.

Palavras Chave: Contabilidade. Escrituração Digital. Sped.

## **1 INTRODUÇÃO**

Desde sua origem a contabilidade vem sendo aperfeiçoada constantemente, passando por inúmeras transformações, entre elas resultados da evolução tecnológica. Passando de uma contabilidade manuscrita, para a mecânica e chegando na contabilidade digital. Essa nova era da contabilidade é caracterizada pelas mudanças nas técnicas e nos procedimentos, buscando a agilidade, rapidez e eficiência no processo de informação.

Devido a estas transformações os profissionais da área contábil devem buscar constantemente atualização em âmbitos, contábeis, legais e no campo da tecnologia da informação, devendo assim se adaptar e dominar os novos procedimentos, técnicas e tecnologias.

As mudanças decorrem da necessidade dos usuários internos e externos, em especial o fisco na busca por informações tempestivas, reais e fidedignas das organizações, assim, para

que o fisco alcance o objetivo, buscou-se a união das três esferas, Federal, Estadual e Municipal, a partir do Decreto Lei nº 6.022/07, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), posteriormente alterado pelo Decreto nº 7979/13 de 08 de abril de 2013.

A implementação do SPED obriga as empresas a mudarem suas rotinas, ajustar a forma e ferramentas de trabalho, pois o sistema utilizado necessita ser capaz de gerar os arquivos, considerando que o trabalho realizado manualmente se torna inviável (SOUZA, 2013).

O SPED é composto por vários subprojetos como a Escrituração Contábil Digital (ECD), ou SPED – contábil, SPED – Fiscal ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), entre outro como a EFD-Social, ou e-Social que é o tema deste trabalho.

Segundo Duarte (2013), o e-Social, abrangerá a folha de pagamento e as obrigações trabalhistas, previdenciária e fiscais, atendendo assim informações que serão geradas para o Ministério do trabalho (MTE), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

Considerando as exigências da nova sistemática, estas alternativas irão promover mudanças significativas quanto a capacitação profissional, organização e revisão de processos contábeis e administrativos no âmbito trabalhista e previdenciário, e conseqüentemente a implantação de sistemas de apoio à gestão empresarial (ERP), trazendo assim desafios, principalmente para os profissionais da área contábil que estão envolvidos diretamente nessa mudança (BORGES, SOARES e MARTINS, 2013).

Diante desse contexto indaga-se: O que pode ser considerado como desafios e benefícios relacionados à implantação do EFD Social nas empresas para os profissionais de escritórios de contabilidade em um município do RS?

Para tanto o estudo buscou identificar os desafios e benefícios relacionados à implantação do EFD Social nas empresas para os profissionais de escritórios de contabilidade em um município do RS.

Francisco (2008) e Abrantes (2014) pesquisaram os impactos da implantação do Sped na gestão das micro e pequenas empresas e em uma indústria de alimentos, descrevendo que a principal dificuldade está nos sistemas de informação.

Souza (2013) realizou uma pesquisa junto aos profissionais de organizações contábeis da AMREC, em relação as alterações, e principais dificuldades após a implantação do SPED, e constataram que, os profissionais encontram dificuldades com a implantação do SPED, mas melhorias no âmbito das organizações e dos clientes quanto a operacionalização do SPED são essenciais para adaptação a nova sistemática. Borges, Soares e Martins (2013), aplicaram o estudo em escritórios no município de Uberlândia.

É justamente com base nessa discussão que o estudo se justifica, pois aborda o e-social, sob o enfoque das perspectivas de implantação do EFD-social para os contabilistas, considerando que a maioria das empresas na cidade em estudo, utiliza a contabilidade terceirizada, ou seja, por meio dos escritórios de contabilidade, assim oferece subsídios para o avanço de estudos relacionados ao tema abordado, com abrangência em escritórios de contabilidade em um município (SOUZA, 2013; BORGES, SOARES E MARTINS, 2013), a questão desses escritórios atenderem na sua grande maioria micro e pequenas empresas (FRANCISCO, 2008), evidenciando os benefícios e dificuldades da implantação do novo sistema de escrituração; (HOCHSPRUNG *ET AL.* 2011), (LIZOTI; MARIOT,2012); (BORGES; ROSA, 2014).

## **2 BASE CONCEITUAL**

## 2.1. Escrituração Digital

Devido as constantes evoluções da tecnologia, os contabilistas precisam se adaptar e se atualizar sobre o que a legislação e tecnologia vêm trazendo, além de seguirem corretamente o que o governo e as leis exigem de forma horizontal e vertical (ROSA,2014).

Para Hochsprung *et al* (2011), devido a vários fatores como o aumento dos gastos públicos e as crises de liquidez, nasceu à necessidade do aumento das arrecadações do Estado. Assim surgiu a obrigação de aprimorar os sistemas de controles e principalmente a averiguação dos dados.

Conforme Borges; Soares e Martins (2013), o governo tem se mostrado adepto as novas tecnologias e necessidades de controle das informações, utilizando-se da tecnologia da informação para aumentar a fiscalização, combater a sonegação fiscal e melhorar o controle sobre as transações efetuadas pelas pessoas jurídicas e físicas.

A facilidade de acesso à escrituração, para Rosa (2014), ainda que não disponível em tempo real, amplia as possibilidades de seleção de contribuintes e, quando da realização de auditorias, gera expressiva redução no tempo de sua execução.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), foi instituído pelo Decreto Lei nº 6.022/07, de 22 de janeiro de 2007, que foi posteriormente alterado pelo Decreto nº 7979/13 de 08 de abril de 2013. Conforme artigo 2º deste decreto, o SPED é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Esse sistema, segundo Borges et al (2013), visa informatizar e aproximar o fisco com os contribuintes, integrar os fiscos e uniformizar a coleta de dados contábeis.

O SPED permitirá que as autoridades fiscais utilizem processos de fiscalização e punição mais eficazes contra tentativas de fraude e sonegação de impostos, inclusive com aplicação de multa no atraso de entrega de arquivo digital aos contribuintes (ROSA,2014).

Para Borges; Soares e Martins (2013), o SPED desde sua instituição, tem gerado grande impacto sobre as empresas, o governo, os profissionais da tecnologia da informação e para os profissionais da área contábil, no que se refere às diversas informações a serem prestadas periodicamente à fiscalização, ressaltando-se que este traz relevantes mudanças e impacta diretamente com tais obrigações (LIZOTI; MARIOT 2012). Dessa maneira o SPED estabelece assim uma nova realidade no que se refere ao vínculo entre as relações econômicas, imprimindo uma nova dinâmica nas atividades comerciais (HOCHSPRUNG et al 2011).

O Sped Contábil é um dos sub-produtos do programa de escrituração digital, que vem sendo implementado pelos diversos órgãos governamentais. Pode ser denominado Sped Contábil ou Escrituração Contábil Digital. Ela tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, do livro Diário e seus auxiliares; do livro Razão e seus auxiliares; do livro Balancete Diário, Balanço e ficha de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

Para Lizoti; Mariot (2012) a ECD visa basicamente obter os livros e informações contábeis dos contribuintes por meio de arquivo eletrônico, facilitando a fiscalização e o acompanhamento da evolução do patrimônio das entidades. Ainda para garantir a legitimidade e integridade das informações transmitidas pela ECD, será usada a tecnologia de certificação digital, emitida por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) com a finalidade de atestar a autoria do documento digital (LIZOTI; MARIOT 2012).

Assim como a ECD, o Sped Fiscal deriva do programa de escrituração digital, e também, pode-se denominar Escrituração Fiscal Digital. É um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte. Este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via Internet, ao ambiente Sped (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

Para Costa et al (2014), escrituração fiscal é o conjunto contábil onde são registradas as operações da empresa, ou seja, compreende os registros de saída e de entrada, e a partir dos mesmos, os livros de apuração do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços de Transporte e Telecomunicações (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Devido à grande complexidade do emaranhado de normas jurídicas que norteiam essas contribuições, tem-se um sentimento de prejuízo perante as empresas. Teria sido prudente, antes de criar todo um sistema complexo e de difícil desenvolvimento, promover a simplificação tributária, mediante uma reforma na legislação ou até mesmo com a criação de um regulamento, para auxiliar os contribuintes (LIZOTI; MARIOT 2012).

Portanto, para Costa et al (2014) a diferença entre o SPED Contábil e o Fiscal é que o arquivo da ECD será autenticado pela Junta Comercial e o arquivo do EFD será transmitido pelo SPED para os órgãos que se utilizarão das informações deste para dar continuidade da mesma forma que fazem hoje, porém de uma forma mais ágil pela prestação de contas do contribuinte e do formato do arquivo ser padrão.

### **2.1.1 EDF Social**

O e-Social é a escrituração contábil digital da folha de pagamento, e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Ele é o maior e mais complexo projeto do sistema público de escrituração digital (SPED), e está sendo planejado de forma conjunta por diversos órgãos e instituições como o Ministério do Trabalho, e o Instituto Nacional de Seguridade Social.

Inicialmente denominado como Sped FPD (Folha de Pagamentos), o projeto contou com diversas denominações: e-FOPAG, Sped Folha, Escrituração Fiscal Digital Social (EFD-Social). (DUARTE, 2013). O e-Social deu seus primeiros passos com o módulo do empregador doméstico, em junho de 2014 criou-se o portal ([www.esocial.gov.br](http://www.esocial.gov.br)), com um ambiente online, que permite o envio unificado de informações bem como o cumprimento de todas as obrigações decorrentes das relações de trabalho. A partir do momento em que for implantado em sua totalidade o e-Social abrangerá todas as empresas, bem como todos os empregados do país.

Para Duarte (2013) tudo indica que o alvo principal da EFD-Social seja a arrecadação previdenciária. Estudos da Receita Federal do Brasil apresentam o alarmante indicador de que cerca de 30% dos trabalhadores autônomos e empregados domésticos atuam na informalidade, sendo que a própria RFB estima perdas anuais da ordem de R\$ 3,5 bilhões.

A sua finalidade é a de reduzir a falta de padronização existente nas folhas de pagamentos, diminuir a multiplicidade de obrigações acessórias, bem como diminuir erros e inconsistências nas informações. Este projeto do Governo Federal objetiva garantir de forma efetiva os direitos trabalhistas e previdenciários; simplificar o cumprimento das obrigações principais e acessórias, buscando a redução de custos e informalidades; aprimorar as relações de trabalhos e a qualidade da informação; aumentar a arrecadação por meio da redução da inadimplência, erros, sonegação e fraudes; agilidade no acesso a informação, tornando a fiscalização mais efetiva, com o cruzamento de dados, auditoria eletrônica, atendendo a

diversos órgãos governamentais a partir de uma única escrituração e declaração. (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2015).

As informações que farão parte da EFD-Social são: eventos trabalhistas, como admissão, comunicações de aviso prévio afastamentos temporários, entre outros; folha de pagamento; ações judiciais trabalhistas; retenções de contribuição previdenciária e algumas contribuições previdenciárias substituídas como as incidentes sobre as cooperativas de trabalho, entre outros (BORGES; SOARES E MARTINS, 2013).

Ainda para Duarte (2013) o e-Social, terá funções como registro de empregados, folha de ponto, controle de horas extras, adicional noturno, salário-família, cadastro de dependentes, cálculo das obrigações tributárias e trabalhistas e geração de documentos (aviso de férias, recibo de pagamento, Guia da Previdência Social).

Este projeto é um projeto de grande complexidade, que exigirá mais dos empregados, empresas e contadores, do que apenas uma revisão de processos e sim uma mudança cultural, pois a maiorias dos procedimentos exigidos pela legislação atual não são cumpridos. Portanto ele é um sistema que abrangerá um leque vasto de eventos sociais, como contratações, acordos judiciais trabalhistas, alterações de cargos, ações trabalhistas, convenções coletivas, entre outros (FONTES, 2014).

O e-Social irá atuar fortemente no combate à sonegação. É possível também que haja uma grande substituição das obrigações trabalhistas e previdenciárias concentrando-as nessa nova ferramenta. Contudo, para um projeto desse porte, com impactos gigantescos, a boa intenção não basta (DUARTE, 2013).

Seu impacto deverá ser grande com relação as tecnologias e processos, pois envolvera quantidades massivas de dados, além de um processo de transição estrutural de alta complexidade como a adequação das verbas da folha de pagamento ao novo padrão, diminuição dos prazos de entrega de informações, sendo algumas em tempo real, e mudança na identificação dos trabalhadores.

Para Duarte (2013) tudo indica que a e-Social será um importante fator de aumento da arrecadação. Mas há sérias dúvidas quanto ao seu real potencial para reduzir a burocracia brasileira, uma vez que, após esses anos todos de existência, o Sped ainda não conseguiu mostrar resultados efetivos nesse quesito. Sem lei autêntica definitiva, sem regulamentação publicada, somos vítimas de um verdadeiro terrorismo informacional cujo objetivo é compelir as empresas a um processo de adaptação baseado em apresentações e notícias oficiosas.

O e-Social está se tornando é uma dor de cabeça para as empresas. As dúvidas sobre os pontos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (nome oficial) são cada vez mais frequentes, principalmente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. O e-Social promete vir para garantir o cumprimento das leis ao pé da letra, o que, em meio à políticas empresariais que possibilitam acordos e flexibilidades, pode representar alterações profundas (MELLO, 2014).

### **3 METODOLOGIA**

Do ponto de vista da natureza da pesquisa está caracterizada como aplicada. De acordo com Gil (2008, p. 46) a pesquisa aplicada “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos”. Ela tem como objetivo a aplicação prática dos conhecimentos, envolvendo verdades e interesses locais, ou seja, investiga, comprova ou rejeita hipóteses sugeridas. O estudo é aplicado, pois o e-Social é uma exigência governamental, que irá interferir diretamente nas rotinas e práticas trabalhistas, afetando não somente as empresas como os escritórios de contabilidade.

A pesquisa do ponto de vista de seus objetivos se classifica como descritiva. Descrever entre outros aspectos significa identificar, relatar e comparar. O objetivo da pesquisa descritiva para Gil (2008, p. 47) é “a descrição das características de determinada população

ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esse estudo buscará descrever os benefícios e dificuldades da implantação do E-social para as empresas por meio dos escritórios de contabilidade.

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa é quantitativa, sendo esta caracterizada pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (DIEHL 2004). A pesquisa quantitativa tem como foco principal a precisão dos resultados, buscando evitar distorções de análise e interpretação, o que gera margem de segurança com relação às conclusões. O estudo irá responder a questão problema utilizando abordagem quantitativa.

A pesquisa bibliográfica tem natureza teórica, ou seja, é elaborada a partir de materiais já publicados. De acordo com Lakatos; Marconi (1991, p. 158) “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Ela tem como objetivo recolher previamente informações e conhecimentos sobre a hipótese que se quer experimentar, ou sobre problema para o qual se busca respostas.

A pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, sendo a sua principal diferença a natureza das fontes utilizadas. Segundo Beuren et al (2004, p.89) “sua notabilidade é justificada no momento em que se podem organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta”. As fontes que a pesquisa documental utiliza, são fontes primárias, oriundas de documentos, escritos ou não. Esse estudo utilizou-se de artigos científicos, legislação e portais de serviços na internet para a sua elaboração.

O questionário é uma ferramenta utilizada para a coleta de informações. Segundo Gil (2008, p.121) “pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores [...] etc”. O presente estudo utiliza-se do questionário aberto, ou seja, do questionário subjetivo, que permite respostas livres, possibilitando ao respondente utilizar linguagem própria, resultando em uma pesquisa mais profunda e precisa.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada por meio de questionário aberto, abordando os 14 escritórios em um município da região Ceieiro do RS, sendo que destes apenas 10 responderam, obtendo assim uma representatividade de 71,43% do total de escritórios do município objeto de estudo. A aplicação dos questionários deu-se de três formas distintas, por e-mail, entrevista e entrega física do mesmo. No primeiro contato para a realização do questionário dois escritórios não quiseram responder, após as entrevistas e envios, um respondeu parcialmente e dois não deram retorno. Para identificação dos respondentes utilizou-se letras do A ao J.

A partir dos dados coletados observou-se, que referente ao perfil dos respondentes obteve-se os seguintes dados, demonstrados na tabela 1.

Tabela 1: Idade dos respondentes

Idade (anos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
De 20 à 30 anos	2	20,00%
De 31 à 40 anos	1	10,00%
De 41 à 50 anos	5	50,00%
Acima de 51 anos	2	20,00%

<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>
--------------	-----------	----------------

Fonte: dados da pesquisa

Conforme tabela 1, 50% dos respondentes têm entre 41 e 50 anos, enquanto que 10% tem entre 31 e 40 anos. Na tabela 2 são apresentados os gêneros.

Tabela 2: Gênero dos respondentes

<b>Gênero</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Feminino	9	90,00%
Masculino	1	10,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

A grande maioria dos respondentes é do sexo feminino, representando 90%, do total da pesquisa. Na sequência o nível de escolaridade é apresentado na tabela 3.

Tabela 3: Nível escolar dos respondentes

<b>Nível escolar</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Médio	2	20,00%
Técnico	3	30,00%
Superior	5	50,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao nível escolar, observou-se que metade dos respondentes possui nível superior, seguidos do nível técnico com 30% dos respondentes. Na tabela 4 está demonstrada a experiência dos respondentes.

Tabela 4: Experiência dos respondentes

<b>Experiência (anos)</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Inferior à 10 anos	3	30,00%
De 11 à 20 anos	4	40,00%
De 21 à 30 anos	2	20,00%
Acima de 31 anos	1	10,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

Referente a tabela 4, nota-se que 70% dos respondentes possui de 10 a 20 anos de experiência. Na tabela 5 estão o número de empresas dos escritórios.

Tabela 5: Número de empresas

<b>Nº de empresas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
De 30 à 50	5	50,00%
De 51 à 70	1	10,00%
De 71 à 90	1	10,00%
Acima de 91	3	30,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao número de empresas que cada escritório possui, 50% dos escritórios possui de 30 a 50 empresas, e 30% mais de 90 empresas.

Quando questionados sobre as mudanças para implementação do e-Social nos escritórios, 80% dos respondentes apontaram mudanças quanto a capacitação, qualificação e treinamento dos funcionários, adequação dos sistemas e orientação aos clientes. Conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1: Mudanças para implementação do e-Social nos escritórios

MUDANÇAS PARA IMPLANTAÇÃO NOS ESCRITÓRIOS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nenhuma por enquanto			X							X
Qualificação/treinamento/cursos		X		X			X	X	X	
Adequação dos sistema/suporte/melhoria dos equipamentos		X					X		X	
Revisão de dados				X		X				
Pontualidade na entrega da informação	X				X					
Orientação aos clientes		X		X						

Fonte: dados da pesquisa

Para o respondente B, a principal mudança quanto a implantação da nova sistemática é “adequação de sistemas, treinamento de funcionários e orientação aos clientes”. Para o respondente G “capacitar os funcionários, participando de cursos e atividades presenciais”. Enquanto que 20% dos respondentes afirmaram que por enquanto não foram feitas mudanças.

As mudanças junto aos clientes no processo de implantação do EFD Social estão demonstradas na tabela 6.

Tabela 6: Mudanças para implementação do e-Social nas empresas

MUDANÇAS PARA IMPLANTAÇÃO NAS EMPRESAS	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Nenhuma por enquanto	3	30,00%
Orientação/ciência	7	70,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

Sete dos respondentes apontam que estão alertando, informando e orientando sobre a importância das mudanças, deixando-os cientes, conforme o respondente D “ciência dos clientes, através de informações repassadas pelo escritório”, para o respondente H “deixar bem claro a importância deste modelo e suas consequências”. Contudo para três respondentes, não há mudanças por enquanto.

Referente a necessidade contratação de treinamento terceirizado, 90% dos respondentes afirmam que há necessidade de treinamentos, e buscam supri-la através de cursos, treinamentos, consultorias, e apontam para as empresas que disponibilizam os Softwares para a adequação e padronização dos *layouts*. Apresenta-se na tabela 7 a necessidade de contratação de treinamento terceirizado para implementação do e-Social.

Tabela 7: Necessidade de contratação de treinamento terceirizado

Contratação de treinamento terceirizado	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sim	9	90,00%



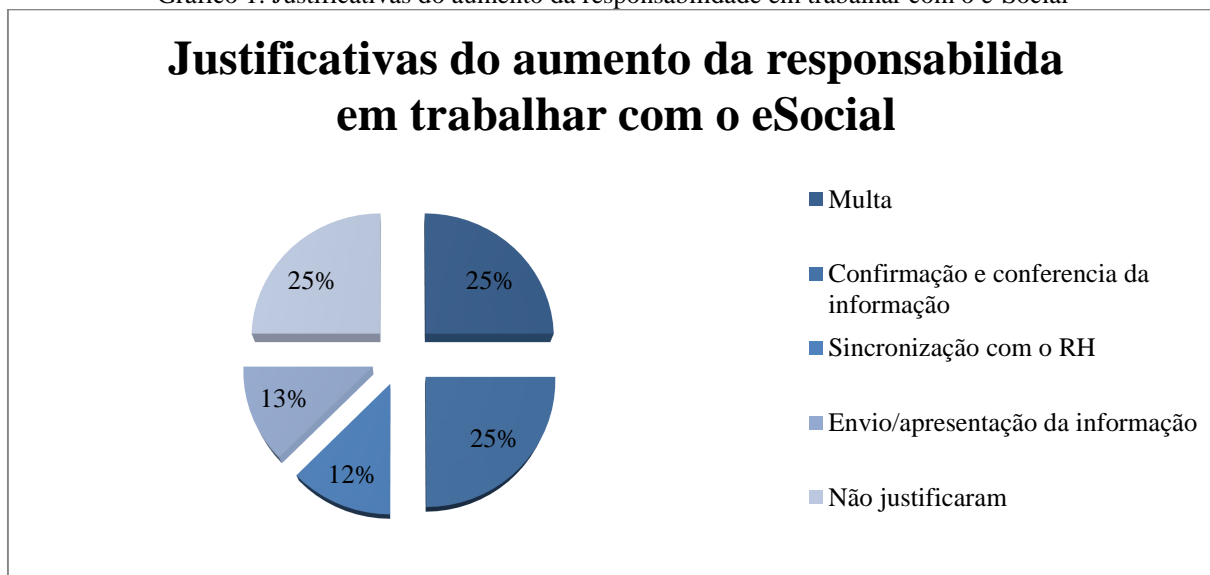
Não	1	10,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

Conforme o respondente A “o escritório conta com empresas de suporte, na acessória de informações contábeis, fiscais e trabalhistas, bem como o Software que se utiliza deve estar dentro dos parâmetros e layouts do E-social”.

Na questão da responsabilidade em trabalhar com o e Social, houve disparidade nas respostas, sendo que 80% dos respondentes consideram que elas aumentarão o nível de responsabilidade conforme as justificativas demonstradas no Gráfico 1.

Gráfico 1: Justificativas do aumento da responsabilidade em trabalhar com o e-Social



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que 25% respondentes apontam as multas, e 25% apontam a confirmação e conferencia das informações a serem prestadas. Para o respondente F “aumentarão muito devido a confirmação e conferencia das informações”, o respondente G “sim, pois cada empresa vai ter que ter um departamento sincronizado com o departamento pessoal ou RH do escritório para o bom funcionamento de ambos”.

Enquanto que para 20% dos respondentes as responsabilidades continuarão as mesmas, para o respondente I “não pois o e Social só cobra o que já existe na legislação”, para o respondente B “a maior responsabilidade será o envio correto das informações, ... Mais isso não muda as responsabilidades do profissional, pois sempre estamos preocupados em

cumprir corretamente a legislação, lembrando que o e Social não traz nenhuma lei trabalhista nova, apenas torna seu cumprimento eficaz”.

Com relação aos desafios observou-se que 4 entre os 10 respondentes apontam como principal desafio a mudança na “cultura” e hábitos, existente dentro das empresas e nos empregados, de sempre tentar dar um “jeitinho”, burlar a legislação. Bem como a implantação, organização, conferência de cadastros e dados dos empregados, e falhas no programa/sistema. Na tabela 8 estão demonstrados os principais desafio encontrado em relação ao e-Social para os respondentes.

Tabela 8: Desafios do e-Social

<b>Desafios</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Implantação e tempestividade	2	20,00%
Mudança de cultura (costumes, hábitos) das empresas	4	40,00%
Falhas no programa	1	10,00%
Integração do RH com o sistema (cadastros, banco de dados)	2	20,00%
Não responderão	1	10,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o respondente B “o principal desafio é a mudança cultural na rotina em que a maioria das empresas trabalha, e a palavra principal é a organização”, Respondente G “é cadastro dos funcionários estarem corretos com o banco de dados”, para o respondente I “o desafio maior é na implantação do controle dentro das empresas, pois as informações vão ter que chegar em tempo para nos contadores para serem repassadas”, Respondente H “integrar os contribuintes ao sistema”.

Em relação aos benéficos os 30% dos respondentes apontaram benéficos para os empregados, e 60% para empresas, para os profissionais de contabilidade e para o fisco, conforme tabela 6.

Tabela 6: Benefícios do e Social

<b>Benefícios</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Empregado	3	30,00%
Profissional de contabilidade	3	30,00%
Prof. Cont./ Empregado e Empresa	2	20,00%
Prof. Cont./ Fisco	1	10,00%
Não responderam	1	10,00%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: dados da pesquisa

Para o respondente A “a redução de declarações hoje prestadas e, duplicidade, onde será de forma única, a padronização de processos trabalhistas, a unificação de todos os dados junto aos órgãos competentes, favorecendo empregadores e empregados”, o respondente G “os principais benefícios serão para o empregado quanto a aposentadoria, auxílio doença, licença maternidade”.

Para o respondente B “será a substituição de várias declarações pelo e-Social. Também trará maior agilidade, pois as informações precisarão ser transmitidas na data da ocorrência”, Respondente H “unificação da folha de pagamento e diminuição da sonegação e do trabalho informal”, Respondente I “acredito que a classe seja mais reconhecida devido a

qualificação”, Respondente F “para o escritório vai melhorar devido a confiabilidade da informação, e para as empregadores e empregados, garantir segurança contra reclamações”.

## **CONCLUSÃO**

A nova realidade dos profissionais contábeis é assumir cada vez mais funções, transformando-se em um agente integrador, estreitando a ligação entre o fisco e os contribuintes, ao mesmo tempo em que busca suprir todas as necessidades de ambos, bem como cumprir todas as exigências, repassando informações e se adequando as mudanças.

O sistema público de escrituração digital com todos os seus subprojetos está transformando de forma significativa as rotinas dos contabilistas e das empresas em todos os âmbitos, e agora com o e-Social também atingira todos os empregados do País, o que exigirá muita atenção de todos os envolvidos devido sua complexidade e abrangência.

Por tanto o propósito deste estudo foi identificar os desafios e benefícios relacionados à implantação do EFD Social nas empresas para os profissionais de escritórios de contabilidade em um município da região Celeiro do RS.

A partir dos resultados descritos, é possível inferir que pequena parcela dos profissionais desconhece o novo sistema, ou que ainda não demonstrarão preocupação quanto a nova sistemática.

Mas a maioria dos escritórios está se preparando para a implantação do e-Social, buscando qualificação, atualização, cursos e treinamentos, para estarem preparados quanto a prazos e procedimentos. Para isto apontaram como fontes de pesquisa empresas de consultoria, legislação, cursos oferecidos pelos órgãos envolvidos no processo.

Com relação aos clientes observou-se que os escritórios estão alertando e informando seus clientes sobre as mudanças, e tornando-os cientes das responsabilidades e obrigações que a partir da implementação passarão a ser cumpridas.

Quanto as responsabilidades observou-se que os respondentes divergiram, alguns afirmam que continuará a mesma, devido ao e-Social não ter trazido novas obrigações, apenas efetivara o cumprimento das já existentes. Enquanto que para outros a responsabilidade irá aumentar muito devido as multas por infrações que podem ocorrer em algumas divergências e ou prazos que não forem devidamente cumpridos ou até mesmo por divergência de dados e informações, bem como a tempestividade, pois as movimentações, rotinas e procedimentos serão enviados em tempo real, e o profissional não está presente na empresa.

O principal desafio apontado pelos escritórios na implementação do e-Social até o momento é a mudança cultural para as empresas, isso devido à dificuldade de sincronizar o departamento pessoal dentro das empresas com o do escritório, em que as informações e dados repassados pelos funcionários e a empresas, deverão ser conferidos e confirmados em tempo real, outros desafios apontados foram a implantação e as falhas nos programas operacionais, ou seja, com a tecnologia da informação.

Os maiores beneficiados com a implantação deste sistema será os empregados, que terão seus direitos efetivamente cumpridos, bem como os profissionais que substituirão diversas obrigações acessórias, declarações e arquivos, pois a sistemática integrará todos os órgãos permitindo a prestação de informações mais corretas e no momento em que ocorrem.

A partir do apresentado conclui-se que apesar das dificuldades que já enfrentam e enfrentarão todos os envolvidos, este sistema irá trazer benefícios a longo prazo, possibilitando um avanço nas relações de trabalho, nos processos e procedimentos operacionais existentes, alterando profundamente os hábitos, culturas e rotinas arraigados através do tempo nas empresas e nos empregados.

## **REFERÊNCIAS**

BALDINI, Alfredo; CARVALHO, Fábio Luiz de. **Sistema Público de Escrituração Digital Sped Fiscal – Vantagens e Importância.** Disponível em [http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo\\_site\\_2\\_0.pdf](http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_site_2_0.pdf), acessado em 15 de outubro de 2014.

BEUREN, Ilês Maria (org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade.** 2.ed., São Paulo: Editora Atlas, 2004, 200 p.

BORGES, Crislaine Fidelis; SOARES, Adeilson Barbosa; MARTINS, Vidigal Fernandes. **Sistema Público de Escrituração Digital - Sped: Desafios e Benefícios para os Profissionais Contábeis do Município de Uberlândia.** Linkania Revista Científica, Edição 7, volume 1, artigo nº 6, Setembro/Dezembro de 2013, p. 106-133.

BROGNOLI, Jorge Henrique; GONZATTO, Jordano. **Business Intelligence Vistra Sped No Processo De Contabilidade Gerencial.** Disponível em <http://www.vistra.com.br/wp-content/uploads/2012/03/BUSINESS-INTELLIGENCE-VISTRA-SPED-NO-PROCESSO.pdf>, acessado em 15 de outubro de 2014.

CONCELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL (CRC RS), Site. Disponível em <http://www.crcrs.org.br/>, acessado em 14 de outubro de 2014.

CORONEL, Daniel Arruda; AMORIM, Airton Lopes; FILHO, Reisol Bender; SOUSA, Eliane Pinheiro de. **Métodos Qualitativos e Quantitativos em Pesquisa: Uma Abordagem Introductória.** Disponível em [http://danielcoronel.com.br/wp-content/uploads/2013/09/METODOS-QUANTITATIVOS-E-QUALITATIVOS-EM-PESQUISA\\_UMA-ABORDAGEM-INTRODUCTORIA.pdf](http://danielcoronel.com.br/wp-content/uploads/2013/09/METODOS-QUANTITATIVOS-E-QUALITATIVOS-EM-PESQUISA_UMA-ABORDAGEM-INTRODUCTORIA.pdf), acessado em 29 de maio de 2015.

COSTA, Alberto José Duarte da; SOARES, Maria Cecília Palácio; SANTOS, Clotilde Lopes dos; TANNUS FILHO, Eduardo Jorge; Renata Santana RIBEIRO. **Sistema Público De Escrituração Digital (Sped): A Nova Tecnologia De Informação Da Área Contábil E Fiscal.** Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2516/2040>, acessado em 15 de outubro de 2014.

DUARTE, Roberto Dias. **E-Social - mais arrecadação; menos burocracia?** Revista Contabilidade & Gestão, Ano 7, edição setembro outubro de 2013, p. 9-11.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

E-SOCIAL, Portal. Disponível em <http://www.esocial.gov.br/>, acessado em 15 de outubro de 2014.

FONTES, Daniel Belmiro. **Coordenador de sistemas da atividade fiscal da receita federal esclarece dúvidas sobre o eSocial.** Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Ano 21, edição dezembro de 2014, p.12-14.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed., São Paulo: Editora Atlas, 2008. 216 p.

HOCHSPRUNG, Rafael; BORGES, Loreci João; FREITAS, Claudio Luiz de; ESPÍNDOLA, Elisa Elena; VENTURA, Cristiny. **Obrigatoriedade da Escrituração Contábil Nas Micro E Pequenas Empresas Na Concepção Dos Contabilistas Da Grande Florianópolis.** Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN. v. 3. n. 1, p. 20 – 36, jan./jun. 2011.

ILARINO, Samira; SOUZA, Marta Alves de. **Sped (Sistema Público De Escrituração Digital):** impactos da sua implantação na empresa xx1. E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. III, n. 1, jul-2010. ISSN: 1984-2716.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3.ed., São Paulo: Editora Atlas, 1991. 270 p.

LEFISC, Legislação Fiscal, Portal. Disponível em <http://lefisc.com.br/>, acessado em 14 de outubro de 2014.

LIMA, Diego; FONSECA, Dérik; MUNDINS, Elisa; Ronaldo MARTINS; SILVA, Sérgio; NASCIMENTO, Cléber José. **Os Desafios Encontrados Pelas Empresas Na Geração Do Sped.** Anais da VI Mostra Científica do Cesuca v.1, n. 6 (2012). Disponível em <http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/217>, acessado em 15 de outubro de 2014.

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diego Menin. **A estrutura do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED):** um estudo das novas obrigações. Navus - Revista de Gestão e Tecnologia. Florianópolis, SC, v. 2, n. 2, p. 17 - 25, jul./dez. 2012, p. 17-25.

MELLO, Roberta. **Tudo o que você quer saber sobre o eSocial.** Jornal do Comércio. Notícia da edição impressa de 14/05/2014. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=161604>, acessado em 28 de janeiro de 2015.

OLIVEIRA, Fabrício de Melo de; PRADO, Carlos André da Silva; MORAES, Luciana da silva. **Sistema Público de Escrituração Digital – Sped:** Uma análise sobre o processo de implantação e operacionalização da Nota Fiscal Eletrônica “NF-e” nos supermercados no município de Barreiras - BA. Disponível em <http://semanaacademica.org.br/sistema-publico-de-escrituracao-digital-sped-uma-analise-sobre-o-processo-de-implantacao-e>, acessado em 15 de outubro de 2014.

PINTO, Rosicler Aparecida. **Sistema Público de Escrituração Digital – Sped e Seu Impacto Nas Rotinas Contábeis.** Revista Gestão & Tecnologia - Faculdade Delta - ISSN 2176-2449, Ano VI - Edição XXVI Março / Abril 2014, p. 35-44.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Portal. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/>, acessado em 15 de outubro de 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Legislação. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.** Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos/2007/dec6022.htm>, acessado em 14 de outubro de 2014.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Legislação. **Decreto nº 9.979, de 08 de abril de 2013.** Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/decretos/2013/dec7979.htm>, acessado em 14 de outubro de 2014.

REICHERT, Natália Sofia. **A Utilização da Contabilidade Gerencial como Instrumento de Gestão nas Micros Empresas Comerciais.** Trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Unijui, julho de 2013.

ROSA, Tiago Stênio. **A Percepção dos Contabilistas em Relação à Qualidade das Informações Geradas para o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped na Região de Pouso Alegre – MG.** Disponível em <http://semanaacademica.org.br/percepcao-dos-contabilistas-em-relacao-qualidade-das-informacoes-geradas-para-o-sistema-publico-de>, acessado em 15 de outubro de 2014 .

SASSO, Alexandra; ROSA, Ivana Carla da; BARBOSA, Alberto. **O Sped e seus Reflexos na Profissão Contábil.** VI EPTC Encontro da Produção Científica e Tecnológica. Disponível em [http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_vi\\_epct/PDF/ciencias\\_sociais/03\\_Soc\\_Aplic\\_Completo.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo.pdf), acessado em 15 de outubro de 2014.

SEBOLD, Marcia; PIONER, Lucas Mello; SCHAPPO, Cássio; PIONER, João José Mello. **Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED.** Artigo publicado no 4o Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade, realizado em Florianópolis – SC. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/14603>, acessado em 15 de outubro de 2014.

SILVA, Gislaíne Coelho Cardoso da; MARTINS, Letícia Martins de. **O Escritório Contábil na Era do Sped.** Anais da VI Mostra Científica do Cesuca v.1, n. 6 (2012). Disponível em <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=.+O+ESCRIT%C3%93RIO+CONT%C3%81BIL+NA+ERA+DO+SPED>, acessado em 15 de outubro de 2014 as 20:00 hs.

SPED, Sítio do. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>, acessado em 15 de outubro de 2014.